

CHECK LIST	
SYSDSIGN CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025 – GRUPO 01	
PROCESSO – SEI – 80506290.000025/2025-81	
PREGOEIRO – JAYME BORJA BALEIRO – Decreto nº. 585/2024	
DOCUMENTOS	SIM/NÃO
7.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, comprovada mediante a apresentação:	
<p>a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;</p> <p>b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;</p> <p>c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;</p> <p>d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</p> <p>e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.</p> <p>f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</p> <p>g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.</p>	SIM
7.17.2. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, comprovada mediante a apresentação de:	
Regularidade Fiscal:	
<p>a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;</p> <p>b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p>c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);</p> <p>d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;</p> <p>e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p>f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;</p> <p>g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.</p> <p>h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.</p> <p>1. A prova da inscrição a que se referem os itens “a” e “b” da regularidade fiscal será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens “c” e “d”, respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição do licitante.</p> <p>2. As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar no 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na Declaração Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme o modelo constante do Anexo IV deste instrumento.</p>	SIM
7.17.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. As exigências de qualificação econômico-financeira serão regidas pelo Decreto Judiciário nº 741, de 17 de setembro de 2025.	
<p>• balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, assinados pelo representante legal e pelo contador responsável, extraídos do livro diário, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; • certidão negativa de falência ou insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio da pessoa física empresarial, com data de emissão ou revalidação nos 90 (noventa) dias anteriores à contratação, salvo se houver prazo de validade expresso; • declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando o atendimento aos índices econômicos exigidos, conforme art. 69, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo apresentar balanço de abertura em substituição aos demonstrativos contábeis, conforme art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois anos), o balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, conforme</p>	SIM

<p>art. 69, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O balanço patrimonial e demonstrações contábeis encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta poderão ser atualizadas por índices oficiais, desde que mantida a integridade dos documentos originais. É vedada a substituição do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios. Serão exigidos os atendimentos aos seguintes indicadores em relação aos dois últimos exercícios sociais: • Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), todos com índices superiores a 1 (um). • Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices referidos no parágrafo acima for igual ou inferior a 1 (um). Para fins da apuração dos indicadores requeridos, considera-se: • Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; • Solvência Geral (SG) = $\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; • Liquidez Corrente (LC) = $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$; • Capital Circulante Líquido (CCL) = $\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$. 7.17.5. DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Edital.</p>	
<p>7.20. Serão realizadas consultas aos seguintes cadastros:</p>	
<p>a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Certidão Conjunta TCU, CNJ, Portal Transparência (CEIS e CNEP) – https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);</p> <p>b) Sistema de Sanções e Penalidades do Tribunal de Justiça da Bahia;</p> <p>c) Fornecedores com Penalidades (www.comprasnet.ba.gov.br).</p>	SIM
<p>PARECER TÉCNICO</p>	SIM
<p>RELATÓRIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO</p>	SIM